

## MANUTENÇÃO DOS DITONGOS “AI”, “AU” FACE A “EI”, “OU” NA ÁREA GALEGO-PORTUGUESA: UMA PROPOSTA EXPLICATIVA

JÚLIO DIÉGUEZ GONZÁLEZ  
(Universidade de Santiago de Compostela)

0. É um facto bem conhecido que numa área extensa da Galiza, tanto na documentação medieval como nos falares actuais, num pequeno conjunto de vocábulos, aparece o ditongo *ai* onde se esperaria *ei*, resultado de evolução do primeiro, comum, aliás, a toda a área galego-portuguesa. A explicação que até agora foi maioritariamente aceite é a do “arcaísmo”: esses termos representariam a conservação de uma fase evolutiva antecedente no percurso que deu lugar ao moderno ditongo “ei”; a favor de tal interpretação dir-se-á que em determinados falares muito conservadores se produz, ainda na actualidade, alternância entre as duas fases evolutivas do ditongo<sup>1</sup>. Mas é significativo que, na mesma área da Galiza em que aparece “ai” no lugar de “ei” surge também “au” no lugar de “ou” em determinados vocábulos, pois é nesse mesmo território que se produz alternância de tipo contextual de *outro* e *autro*, sendo a segunda forma resultado da contracção da vogal inicial do indefinido com uma vogal /a/ final da palavra antecedente. Este facto permite pôr a hipótese de que a manutenção do ditongo *au* doutras palavras, como *aurela*, *aurelha*, *auvelha*, em vez de *ourela*, *orelha*, *ovelha*, que aparece também em falares desta área, seja explicável por um processo idêntico, pois praticamente na totalidade dos seus usos são precedidas de artigo definido<sup>2</sup>.

No presente trabalho tentaremos apresentar a hipótese de que *au* no lugar de *ou* em falares galegos possa ter surgido de uma evolução divergente das sequências /aw/ e /aaw/ (*aau*>*au*, *au*>*ou*), o que já foi sugerido por Rübecamp e Lindley Cintra relativamente às formas *autro*, *autra* da época medieval, o primeiro, no seu estudo sobre “A linguagem das Cantigas de Santa Maria” (1932:351), sobre *autro*, *autra* presentes na documentação notarial da Galiza, e o

segundo limitando a validade da proposta a *autra* e considerando analógica e esporádica *autro*, que aparece no Foral de Castelo Rodrigo, em cujo estudo linguístico se recolhe a visão do autor sobre a questão (1984:426-428); em segundo lugar, analisaremos a possibilidade de estender esta proposta explicativa aos casos em que, tanto na documentação medieval como nos falares contemporâneos, surge "ai" no lugar de "ei", o que acontece num conjunto mais numeroso de vocábulos, mas entre os quais não se inclui nenhuma palavra gramatical, pois todos são substantivos ou adjetivos, o que talvez tenha contribuído a ocultar aos olhos dos filólogos o muito provável paralelismo existente nos percursos históricos de um e outro ditongo.

**I.** Para estudar a vigência medieval das variantes *autro*, *autra*, recolhemos todas as ocorrências dessas formas em três colecções de textos editados com algum rigor filológico, duas delas já utilizadas por Lindley Cintra, a de Martínez Salazar [DG]<sup>3</sup> e a de Margot Sponer [DAG]<sup>4</sup>, e outra, de qualidade notavelmente superior porquanto com um grau muito mais elevado de fiabilidade, a de Clarinda de Azevedo Maia [GP]<sup>5</sup>; citamos indicando o ano, a sigla da colecção e o número que nela tem o documento correspondente. Nos editados por Martínez Salazar, encontramos *autro*, *autra* nos seguintes contextos:

- a.1 "Et quin contra este prazo passar pecte áautra parte .D. moravedis et este oprazo en reuor" (1257 DG 9).
- a.2 "Enton ese Juiz desuso dito. oydas razoes da una parte et dáautra. Ambas partes pediron sentença eo Juiz filou espaço para conselarse" (1261 DG 13).
- a.3 "como se de parte da herdade de Goente et dautra parte uay firir en cima na herdade dos frades" (1272 DG 25).
- a.4 "eu Iohan Sauaschães monges de Sancta Maria de Sobrado [...] una parte, et eu Iohan Garcia de Tuyriz scudeyro por nij et por meus yrmaos autra parte fazemos untre nos preyto et prazo forte et firme" (1275 DG 30).
- a.5 "et quin este preyto et prazo quiser passar peyte autra parte apea do prazo que suso nomea" (1275 DG 30).
- a.6 "entre dô Johã Perez Abbade de Monffero eo Conuento desse Moesteyro dauna parte et Pay Iohanes de Sobrado et sua moler Orraca Rodriguez et seus fillos dambos dáautra" (1279 DG 34).
- a.7, a.8 "se vos nos tollermos áautra herdade que de nos teustes [...] et leuardes vos ameatade do fruyto que Deus y der eo Moesteyro áautra meatade en paz" (1279 DG 34).
- a.9 "et os netos et Autra géçraçõ dian terça de vino" (1289 DG 44).
- a.10 "Et qual quer das partes que aysto passar et assi non comprir peyte autra parte at Auoz del Rey de pormeo .C. moravedis" (1289 DG 45).

OS DITONGOS “AI”, “AU” FACE A “EI”, “OU” NA ÁREA GALEGO-PORTUGUESA

- a.11 "senllas cartas que tenemos partidas unas doutras por a. b. c. coutadas en pena de mill mors. que peyte autra parte et ááuoaz delRey por meo oque o preyto non atender" (1296 DG 47).
- a.12 "senlos scritos en um tenor partidos por a. b. c. et coutados enpena de mill mors. que peyte autra parte et auoz delRey por meo et o scrito ffique firme" (1303 DG 50).
- a.13 "so pena de c. morabedis que peyte oqueo assi nõ cõprir ááutra parte queo gardar" (1305 DG 51).

Vejam-se a seguir os contextos em que aparecem as referidas formas em documentos editados por Margot Sponer<sup>6</sup>:

- b.1 τ quem a esto quifer paſſar, peyte ááutra parte .C. morabetinos τ de mayſ todo o feyto que de ſuſu é ſcrito. ſca firme τ ſtauci (1261 DAG L24) [No mesmo documento: "da outra parte". l. 4].
- b.2 eſa herdade que dicti... con effáutra que nos deu teu irmau. J. Eanes (126... DAG L41).
- b.3 "τ jaz cabu a leyra de Roy Suarez τ dautra teſtada jaz cabo a da egleia. τ dautra teſtada jaz cabo a de Pedro Pazc d'Alpereyruias" (1270 DAG L10).
- b.4, b.5 "τ outra leyra en Eyrella [...] τ autra leyra aa fonte d'Eyrella [...] τ outra leyra aa caſtineyra de Barreyro [...] τ dautra parte per lo ageyro τ ffer no rrio" (1277 DAG L28).
- b.6, b.7 "[...] τ outra leyra ao poſo que jas entre laſ do caſſal de don Nuno [...] τ autra aa ponte aſſi como jas [...] τ vay ao antigo per meo τ da una parte τ dautra, τ toda de Sfamoof" (1277 DAG L28).
- b.8 "E quen quer que eſto quiffer paſſar da una parte ou dautra, peyte outra parte .C. morauedis dof pretos" (1277 DAG L28).
- b.9 "vendo a uof, Roy Ffernandez, de Duancoſ τ a uoſſa muler Tereyia Eaneſ, a mea τ a uof, Afonſo Ffernandez autra meadade da mea de quanta herdade avia τ deuia por auer mia nana, Orraca Johanes" (1284 DAG L15).
- b.10 "vendo a uof, Eluira Pelacz, d'Anſemar va leyra dardade que jaz ao forno do cal alende o rio d'Anſemar, τ jaz dilargada a cabo dua leyra dardade deſta Eluira Pelacz. E lautra y largada jaz a cabo dua leyra dardade que foy de Miguel Pelacz d'Anſemar" (1285 DAG L17).
- b.7 "Et que contra eſto u-ccr, peyte á áutra parte a p-eâ ſobredita τ o plazo eſte en ſua reuor firme" (1293 DAG L18).
- b.8 "Et quen contra eſto paſſar, peyte autra parte .C. morauedis" (1310 DAG Ou4).

Vejam-se, por último, todos os casos em que aparecem as variantes em causa nos documentos editados por Azevedo Maia:

- c.1 "...côuë a faber se eſſa herdade τ uoz eu quifer uender ou ſupenorar a uos τ a uoſſa uoz o deuo a fazer ante ca outro home në ca outra moler" (1255 GP 19).
- c.2 "eſto fazo por mii τ por mia uoz; τ qu-e a eſto quifer paſſar ſéa maldito τ maldita τ peyte á áutra parte .C. ſoldos τ de mayſ todo ſéa firme τ ſtauel como de ſuſu diz" (1255 GP 19).
- c.3, c.4 "Si algü uieri de úa parte uel de outra a britar iſta carta, peite outra parte a que britar a carta XXX.0 ſoldos τ ſempre a carta ſeya firme" (1258 GP 23).
- c.5 "Pedro Pelaiz, clericus de Pradaeda, teſtis, τ outros muytos que uirü τ ayrõ, teſtes" (1258 GP 23).
- c.6 "Et se alguna daſ partes contra eſte mando quifer venir ou nõ quifer conprir, peite ááutra parte que ho gardar de pena .I." morbt. τ ho mando valla" (1262 GP 2, l. 39).
- c.7, c.8 "ſe of noſ nõ podermos laurar, dalos o abbade a quen nos laure τ noſ laurarmos ben a outra herdade. Et quen contra eſto uéer ou paſſar peite a outra parte .C. marauidiſ τ a uoz del Rey outroſ .C. marauidiſ τ a carta ſenpre valia" (1274 GP 53, l. 22).
- c.9 "Et mando que quanto cõpley τ guaney cõ Oraca Pelacz que Oraca Pelacz aya a meatade de todo tâbê mouil como rayz. Et outra meatade fſique a Johã Lopez τ a Sancha Lopez, meuf fillos" (1290 GP 58, l. 21).
- c.10 "Et quen a eſto paſſar peyte en pëa aa voz del Rey τ outra parte que o agardar quifſer çent mor. da bõa moneda τ a carta τ o foro fique firme τ valla en ſſeu tẽpo" (1335 GP 37, l. 19).
- c.11 "Et que eſto ſeia certo fazemoſ conuoſco eſta carta partida per .a.b.c; que a parte que a nõ aguardar peyte a outra parte .c. mor. de pëa τ a carta fique firme" (1339 GP 70, l. 22).

2. A área geográfica em que existiam as variantes do indefinido com ditongo *au* inicial resultante da contracção com a vogal anterior, a julgar pelos locais de redacção dos documentos em que figuram<sup>7</sup>, era bastante extensa e devia compreender a totalidade das actuais províncias de Lugo e Ourense, penetrando na da Corunha numa faixa oriental que atingiria as comarcas de Ferrol, Betanços, Pontedeume e, no interior, Sobrado dos Monges. Significativamente, faz lembrar a área actual de *aira* face a *eira* e delimita uma grande parte do território da Galiza, mais largo quanto mais a Norte, e que se vai estreitando para Sul até penetrar em Trás-os-Montes. Desde a época medieval até à actualidade essas formas sofreram um recuo muito importante. A extensão geográfica de "autro", "autra" na actualidade, segundo os dados do mapa nº 261 do vol. II do ALGA (R. Álvarez 1995:286)<sup>8</sup> parece ser a maior parte da província de Ourense<sup>9</sup>, penetrando pelo

Leste de Ponte-Vedra, pelo Sudoeste de Lugo e pelo Noroeste na actual província de Leão<sup>10</sup>.

3. A distribuição que os textos deixam entrever das formas *outro*, *outra* e *autro*, *autra* na língua medieval apresenta-se com notável regularidade, e parece claro que não era idêntica à actual. Nos falares actuais, salvo possíveis casos excepcionais que escapem ao nosso conhecimento, nunca se produz contracção do indefinido com o artigo feminino antecedente nem com a contracção da prep. *a* + art. *a*; portanto os casos de contracção limitam-se aos que já foram indicados acima: preposições *a*, *para* (realizada sempre [pra]), *cara* (=face a), *contra*, a castelhana "*hasta*" que substituiu totalmente a correspondente galego-portuguesa e as conjunções comparativas *ca* e *coma*, além da copulativa *e* que é proferida como [j] ao mesmo tempo que modifica a vogal inicial do indefinido, com que forma um ditongo crescente<sup>11</sup>. Portanto nos falares actuais teríamos a distribuição das formas exemplificada nos contextos seguintes:

*dizer-lho à outro, dizer-lho à outra*  
*pr' à outro, pr' à outra*  
*olhar car' à outro sítio, olhar car' à outra parte*  
*chocar um contr' à outro, chocar umba contr' à outra*  
*esperar "bast" à outro dia, esperar "bast" à outra vez*  
*melhor iste c' à outro, melhor esta c' à outra*  
*iste i' à outro, esta i' à outra*

Mas:

*iste iò outro, esta ià outra*  
*longe do outro, longe da outra*  
*dá-lho ò outro, dá-lho à outra (mas dá-lho à outra, sem artigo).*

Os contextos gramaticais que condicionavam a aparição de *autro*, *autra* na língua medieval, a julgar pelos fragmentos referidos acima, são os seguintes:

Prep. *a* + art. *a* + *outra*=  
*á outra*: a.1, a.13, b.1, c.6.  
*á outra*: b.7, c.2.  
*a outra*: c.8, c.11.  
*autra*: a.10, a.11, a.12, b.8, c.4<sup>12</sup>.  
 Art. *a* + *outra*=  
*á outra*: a.7, a.8,  
*a outra*: c.7.  
*autra*: b.9.

Art. *la* (com [l] conservado) + *outra*=

**lautre**: b.10.

Prep. *de* + art. *a* + *outra*=

**dááutra**: a.2, a.6.

**dautre**: a.3, b.3, b.5, b.7, b.8.

**de autre**: c.3.

**da outra**: no mesmo documento de b.1.

Conjunção comparativa *ca* + *outra*=

**ca outro**: c.1, mas também pode ser conjunção comparativa *ca* + prep. *a* + *outro*.

Pr. demonstrativo *essa* + *outra*=

**effautre**: b.2.

Conjunção copulativa *e* + *outro*, *outros*, *outra*=

**τ autre**: b.4, b.6, c.10.

**Et autre**: c.9.

**τ outros**: c.5.

Parece poder deduzir-se com bastante segurança que, ao contrário do que acontece nos falares actuais, na época medieval produzia-se contracção entre o artigo feminino e o indefinido<sup>13</sup>; desde então até ao dia de hoje houve um percurso no sentido inverso ao que tinha dado lugar a essas contracções pois o artigo recuperou a sua autonomia fonológica; não sucedeu o mesmo com as preposições, segundo já se viu. Não é clara a situação que apresentam os documentos examinados acima no que diz respeito à sequência de prep. *de* + art. *a* + *outra*, pois parece que na época medieval o artigo podia contrair-se tanto com a preposição precedente como com o indefinido seguinte; nos falares actuais só existe a primeira das duas possibilidades. Também não existe nos falares actuais a contracção do indefinido com o demonstrativo que vimos no fragmento b.2; no que diz respeito à conjunção *e* parece claro que a situação da Idade Média devia ser idêntica à actual; os locais onde foram elaborados os documentos correspondem todos eles, salvo erro, a zonas onde ainda hoje a conjunção *e* é proferida como [j+vogal aberta] quando seguida de palavra iniciada por uma vogal diferente de [i]; parece por isso claro que esta era já a realização medieval<sup>14</sup>.

4. O problema mais importante, e também o mais difícil, é apurar qual terá sido a concretização fonética das contracções cuja representação ortográfica acabamos de examinar. Por uma parte temos os casos que poderíamos chamar "regulares", quando o esperável é um hiato de dois fonemas /aa/ contíguos e a representação gráfica apresenta dois grafemas <aa>; constata-se porém uma forte tendência para a representação com um único grafema <a> do que era suposto ser um encontro vocálico de duas vogais idênticas em hiato. A interpretação que

consideramos mais verosímil é que naqueles casos em que a crase das vogais se dava na fronteira de duas palavras a realização mais frequente seria um único som [a] mais longo e mais aberto do que o que correspondia à realização normal deste fonema, sem excluir a possibilidade de que na mente dos utentes houvesse, mesmo assim, uma certa consciência de "fonema duplicado" nestes contextos<sup>15</sup>.

5. Passemos a examinar a lista de vocábulos em que aparece *ai* no lugar de *ei* tanto na documentação medieval como nos falares e na toponímia actuais. Deixando momentaneamente de parte o caso de *aira*, salta à vista que todos mostram uma particularidade de que carecem os que têm *ei*, pois *ai* surge como resultado da crase de um hiato /aa/ formado pela queda de uma consoante intervocálica, enquanto *ei* procede da evolução geral de *ai* de qualquer outra origem:

- avellanaria > avelãaira > aveiaaira > avelaira,
- matianaria > maçaaira > maçaaira > maçaaira,
- planaria > chãaia > chaaira > chaira,
- \*lotanariu > lodãairo > lodaairo > lodairo (cf. Azevedo Maia 1986:536, n.2, 537),
- \*platanariu > \*pradãairo > pradairo ou padrairo,
- \*Quintanariu > Quintãairo > Quintairo (topónimo),
- \*canariu > \*cãairo > cairo,
- \*Ranariu > \*Rãairo > Raairo > Rairo (topónimo),
- \*hebdomadariu > domaairo ("domaayros", em 1292 GP 59, 1.33),
- \*scalariu > escaairo > escairo (cf. Azevedo Maia 1986:536), etc.

*Avelaira* (<AVELLANARIA): C. García (1985:18) indica as seguintes variantes como vigentes nos falares actuais da Galiza (desenvolvemos, respeitando a ortografia que usa para os topónimos, as abreviaturas correspondentes): *"abeleira*, f., (Caaveiro, Cabalar, Feás, Compostela, Novefontes, Sobrado, Guitiriz, Ramirás, Gudiña), *abelaira* (Oirós, o Incio, Montederramo, Mezquita e Vilardevós), *abelán* (Toba, Dumbría, Santa Comba e Ramirás), *abelaneira* (Pereiramá), *abelaneiro* (Curtis), *abelao* (Valadouro e Cedofeita), *abelleira* (O Grove), *ablaira* (Suarna), *abraira* (Burón e Pedrafita)". Alonso Estravis (1999:256) recolhe nos concelhos ourensanos de Trasmiras e Qualedro *avelaira* e *aveleira*, como variantes coexistentes<sup>16</sup>.

*Cairo* (<\*CANARIU): Este termo figura nos dicionários galegos com vários significados diferentes que parecem corresponder a vocábulos homónimos surgidos de bases etimológicas claramente diversas que terão confluído fonologicamente. O *Dicionário da Língua Galega* de Alonso Estravis (s. v.) recolhe numa das entradas os significados seguintes: "*cairo*, adx. (1) Polo ou galiña que ten poucas plumas ou pouca cola: *pito cairo*. (2) Colmillo: *dente*

*cairo*". Parece claro, sobretudo relativamente à segunda acepção, que o étimo pode ter sido \*CANARIU, forma derivada pertencente à família lexical de CANIS. C. García (1985:160) regista a forma em causa somente em dois pontos geográficos, ambos da Galiza oriental: "*cairo*, m. (Valadouro, Cedofeita) colmillo del cerdo".

*Chairo*, *Chaira* (<PLANARIU, PLANARIA): C. García (1985:250) indica as seguintes variantes como vigentes nos falares actuais da Galiza: "*chaira* (Compostela, Novefontes, Friol, Guntín, Ramirás, Gudiña, Mezquita, Vilardevós, Porto); *chaeira* (Caaveiro, Cabalar, Cedofeita); *chaela* (Cedofeita, Burón, Suarna); *chaila* (Burón, Suarna); *chairo* (Mezquita, Vilardevós); *chanceira* (Razo, Laxe, Santaia e Compostela); *cheeira* (Feás)"<sup>17</sup>. Este vocábulo será talvez de todo o conjunto com ditongo ai (< aai) o que apresenta uma vigência mais ampla e documentada em Portugal: tanto o substantivo como o adjetivo aparecem em Trás-os-Montes; Leite de Vasconcelos (1985:19), sob o título de "Linguagem popular da Matela", na epígrafe referida a vocabulário indica: "*chãiro* e *plãiro*, chão, plano, terreno sem elevações. Vid. Gonçalves Viana em Rev. Lusit. I, 208, onde dá *chairo* como de Rio Frio. O étimo não é o latim *planum*, mas sim *planarium* (de *planarius*, 3), que explica sem violência as formas todas: nas da Matela conservou-se a nasalidade do *n*, na de Rio Frio o *n* desapareceu completamente: *planariu(m)*, \**plãiro*, \**plãiro*, *chãiro*, *chairo*. A última forma pode ter nascido de \**plãiro* > \**plaairo*". Mais adiante (1985:35), em "Linguagem popular de Parada de Infanções", na epígrafe referida a vocabulário figura: "*cháira*, terreno plano. V. *Dial. Transm.* I, s. v. "Chãiro"; v. gal. *chaira* no *Dic.* de Nuñez, s. v.". Na parte correspondente ao vocabulário de Sacoias (1985:139) figura uma variante com nasalidade no primeiro elemento do ditongo: "*chãiro*, plano". Aparece também uma variante deste vocábulo nos Ancares de Leão, área muito conservadora, onde não chegou a realizar-se a crase dos dois /a/ de PLANARIA: isso motivou que o resultado apresente evolução regular do ditongo aj>ej, com a particularidade de que a vogal inicial do mesmo é nasal; no "Léxico del Valle de Ancares", segunda parte do estudo de Fernandez González (1981:257), figuram os seguintes termos (as maiúsculas assinalam as diferentes entradas): "CHÃËIRA: Llanura. De *chãun*. CHÃËIRLÃ: Diminutivo de *chãeira*. CHÃËLIN: Top. Propiamente 'rellano'. Dim. de *chãun*".

*Escairo* (<\*SCALARIU): o *Dicionário da Língua Galega* de Alonso Estravis (s. v.) recolhe este substantivo com os significados "(1) Escada rústica feita com pedras salientes nun comareiro, ou com ocos formados na mesma terra do comareiro. (2) Pasadizo, pasaxe para atravesar un valado. Sinóns: *Esqueiro*, *escaladoiro*. (3) Pequena escada de dous ou tres degraus, sexa portátil ou fixa. (4) Escada de mao cos degraus largos, de tábuas, para subir ao canizo ou às cubas. (5) Escada de mao". C. García (1985:319) recolhe as variantes do termo nas localidades seguintes: "*escairo*, m. 1. (Valadouro, Guitiriz, Friol, Guntín) escalera



pequeña y móvil; 2. (Guntín) escalera en un muro que permite el acceso a una finca; 3. (Pereiramá) cama muy alta que había en las cocinas antiguamente"; "esqueiro, m. 1 (Razo, Laxe, Compostela, Novefontes, Melide, Sobrado), *esqueira* (Compostela) escalera rústica, pequeña, en un muro o en un vallado; 2 (Burón, Suarna) objeto o lugar donde se guarda la yesca; 3. (Marín) pez, Cancer panugis". Um derivado deste substantivo parece estar na base do topónimo *Escairom*, nome da vila principal do concelho de Savinhao, no Sul da provincia de Lugo (cf. Cabeza Quiles 1992:387). Na documentación medieval, concretamente num texto editado por Azevedo Maia, regista-se o topónimo "Escaayro de Carrijs" (1473 GP 84), correspondente ao actual *Escairo*, que segundo uma informação de Cabeza Quiles (1992:387) abunda actualmente na toponímia menor da Galiza, e teremos de acrescentar em Portugal os dois lugares do concelho de Barcelos que se chamam assim (cf. nota 1).

*Lodairo* (<LOTANARIU): Não aparece recolhida nenhuma variante deste substantivo na obra de C. Carcía; no *Dicionário da Língua Galega* de Alonso Estravis figura *lodeiro*, definido como "árbore pequena, da família das betuláceas, con casca lixeira, lisa e gris, coas pólas delgadas e flexíbeis; utiliza-se como adstrinxente. Nome científico: *Celtis australis*. Sinónimos: *Lidueiro*, *lodoeiro*, *virgondoiro*" (s. v.). Na *Gran Enciclopedia Gallega* dá-se, para *lodoeiro*, a seguinte información: "Nombre gallego más frecuente de *Celtis australis* L., árbol de la familia de las ulmáceas conocido en castellano por almez, latonero, lodoño. Mide de 10 a 20 metros de altura y tiene copa ancha, en forma de cúpula y de aspecto muy elegante, etc"<sup>18</sup>. Azevedo Maia (1986:536, n.2) recolheu de maneira exhaustiva os registos do substantivo na lexicografía galega mais antiga:

A palabra *lodoeiro* (e a variante *lodeiro*) existe ainda em galego, onde designa uma espécie de lódão, árvore cuja madeira é parecida com a do olmo. Assim, regista o vocábulo Eladio Rodríguez González, ob. cit., s. u. *lodeiro* ou *lodoeiro* com os sentidos seguintes: 'almez, alatonero, lodoño, arbolillo de 2 a 5 metros de altura.// Según el P. Merino, en su Flora de Galicia, crece entre las rocas y orillas del Miño y en otros puntos (...)'! Também L. Carré Alvarellos, ob. cit., s. u. *lodoeiro* abona a palabra *lodoeiro* 'almez. Árbol cuya madera se parece al olmo'.

O étimo é um derivado do latim LOTUS, por seu lado tomado do grego λωτός possivelmente \*LOTANARIU-. O português lódão leva a supor uma forma com o sufixo átono -ANU-, a que se agregaria o sufixo -ARIU, usado na formação de nomes de árvores. Esta forma, muito provavelmente \*LOTANARIU, explica o topónimo *Lodaayro*, agora registado num documento galego. Num documento português de 1067 está também registada a forma *lotonario*. Para problemas referentes à história da palavra, cf. Corominas, ob. cit., s.u. *latón*.

Na toponímia galega aparecem as formas *Lodairo* e *Lodeiro*<sup>19</sup> A primeira é o nome de dois montes: um de 550 metros de altitude, situado perto da vila de Cea, na freguesia de S. Cristovo de Cea (Ourense), e outro situado no concelho de Carvalheda de Ávia (Ourense), onde se venera a imagem da *Virgem de Lodairo*, também conhecida como *Nossa Senhora do Orário*, um culto muito antigo, pois já se documenta desde a Idade Média (cf. *Gran Enciclopedia Gallega*, s. v. *Lodairo*<sup>20</sup>). *Lodeira* é o nome de uma aldeia do concelho de Ribadeu (Lugo), e *Lodeiro* aparece com maior frequência pois corresponde a 15 aldeias dos concelhos de Boiro, Tabeaio, Ortigueira, Sobrado dos Monges (duas), Valdovinho, Ferrol (todos da província da Corunha); Palas de Rei, Vilalva, Germade, Jove, Viveiro (de Lugo); Lalim e Vila-Garcia de Arousa (Ponte-Vedra); e Carvalhinho (Ourense). Também é *Lodeiro* um monte de 600 metros de altitude situado perto da aldeia de Lua, freguesia do mesmo nome, concelho de Pol (Lugo), e um rio, afluente do Arnego, que nasce na freguesia de Merlim, concelho de Agolada (Ponte-Vedra). Na documentação medieval examinada regista-se uma vez a forma correspondente: "Lodaayro" (topónimo, 1426 GP 78).

*Maçaira* (<MATIANARIA): C. García (1985:445) indica as seguintes variantes como vigentes nos falares actuais da Galiza: "*maceira* (Feás, Curtis, Razo, Dumbria, Santaia, Compostela, Novefontes, Melide, Sobrado dos Monxes, Oirós, Codeseda, o Grove, Marín, Goián, Ramirás); *macieiro* (Cedofeita); *maciñeira* (Caaveiro, Melide, Valadouro, Guitiriz); *macira* (Friol, Guntín); *manciñeiro* (Cabalar); *manzanceira* (Santa Comba, Compostela); *mazaeiro* (Cedofeita, Crecente, Burón); *mazateira* (Caldelas); *mazateiro* (Cedofeita e Suarna); *mazaira* (o Incio, Monterroso, Pantón, Xunqueira de Ambía, Montederramo, Verín, Vilardevós); *mazairo* (o Incio, Pedrafita, Gudiña); *mazanceira* (Laxe, Toba, Dumbria, Compostela, o Grove, Marín, Verín)". Em Trás-os-Montes também aparece recolhida por Leite de Vasconcelos (1985:141) a forma *maçãira*, concretamente em Sacoias. Nos falares galegos dos concelhos de Trasmiras e Quedro, investigados por Alonso Estravis (1999:844-845, s.v. *Maçaira e Maceira*), registou este autor a forma com ditongo "ai" nas freguesias de Vila Seca, Godim, Sam Milhã, Luzença, Vilela, Moimenta, Rabal, Pardieiros, Lobazes, Trasmiras, Atãs, Santa Maria, Corvaceiras, o Castelo, Santo André, Vila de Rei, Escarna Bois, Santa Vaia, Soutelo, Silvaescura, Ermida, Serralheira, Casás, Lamalonga, Sam Martinho, Carçoá, Montes, Valdriz, Vilar de Lebres; a forma "maceira" figura como própria dos lugares de Gironde e Quedro.

*Padrairo* ou *pradairo* (<\*PLATANARIU): nome de árvore (em Portugal chamada normalmente "bordo"); C. García (1985:577, s.v. "pradairo") indica: "Variedad de arce, árbol robusto de hoja ancha, crece en los lugares húmedos como orilla de ríos y prados". Acrescenta que a variante *pradairo* foi registada em Burón, Suarna, o Incio e Pedrafita (Lugo), e "padrairo" em Castro Caldelas (Ourense). Aníbal Otero (1977:183) recolhe a variante "pradairo" em Ribeira de

Piquim, e aponta outra, "pedraira", registada em Riucabo (concelho de Meira, Lugo). Em Casteloais (Chandreja de Queixa, Ourense) alternam as variantes "padrairo" e "pedrairo". A proposta etimológica indicada acima foi defendida por A. Veiga Arias (1983:272), que referindo-se a diversos testemunhos de queda do [n] intervocálico em documentos alto-medievais em latim anota: "Lo mismo cabe decir de *Padrairo*, de *Platanarium*, que se lee en 1154 Sobrado (Pardo Ferrin, I-149v)". J. M. Piel (1989:87) explica também o topónimo *Pradado* a partir de uma base da mesma família lexical: "Otra palabra que puede confluír foneticamente con *prado* es PLATANUS. Así el gallego *Pradado*, *Pradeda*, a través de *Pradanedo*, *Pradaedo*, se ha desarrollado regularmente a partir de PLATAN-ETUM, -ETA, y no, como se inclinaria uno a creer, de PRAT-ETUM".

Há outros vocábulos que poderiam constituir testemunhos vivos desta evolução aai>ai: o topónimo *Rairo*, sobretudo considerando como provável base etimológica a forma \*RANARIU, lugar onde há muitas rãs, à beira de um rio, logicamente. *Rairo* é o nome de duas aldeias, uma da freguesia de Parada (Amoeiro, Ourense) e outra da freguesia do mesmo nome, Santa Luzia de Rairo, no concelho de Ourense. Também é o nome de um monte de 400 metros de altitude no concelho de Cospeito (Lugo). *Rairos*, no plural, é o nome de duas aldeias, uma da freguesia de Cereija (Póvoa do Brolhom, Lugo) e outra da freguesia do mesmo nome, no concelho de Ribas do Sil, Lugo; também é o nome de um casal da freguesia de Orga (Cela Nova, Ourense); salvo erro, todas as povoações referidas têm em comum a proximidade de um rio ou ribeiro, de modo que o étimo que propusemos, \*RANARIU ou \*RANARIOS, resulta verosímil. Todos estão situados na Galiza oriental<sup>21</sup>. Na área ocidental temos notícia da existência de uma praia em Ogrove chamada *o Raeiro*, a qual poderá talvez corresponder ao mesmo étimo; a ser assim seria mais um exemplo da evolução divergente da sequência "aai" na Galiza oriental e na ocidental.

6. Resta examinarmos o caso de *aira* (<AREA). C. García (1987:38) recolhe as variantes *aira* e *eira* nos pontos seguintes: "*aira*, f. (Caaveiro, Cabalar, Melide, Valadouro, Cedofeita, Crecente, Guitiriz, Friol, Guntín, Pereíramá, Burón, Suarna, Pedrafita, o Incio, Monterroso, Pantón, Xunqueira de Ambía, Montederramo, Caldelas, Gudiña, Mezquita, Verín, Vilardevós, Porto); *eira* (Feás, Curtis, Razo, Laxe, Toba, Dumbria, Santa Comba, Santaia, Compostela, Novefontes, Melide, Oirós, Codeseda, o Grove, Marín, Goián, Ramirás, Porto). Alonso Estravis, no levantamento do léxico de Trasmiras e Qualedro (1999:175), recolhe *aira* como forma usada nos lugares de Vila Seca, Pena Verde, Estivadas, Valdriz, Godim, Rebordondo, Vilar de Lebres, Girona, Pedrosa, Vilela, Pardieiros, Lobazes, Trasmiras, Atás, Corvaceiras, o Castelo, Vilar de Rei, Zôs, Chamosinhos, Santa Vaia, Silvaescura, Ermida, Serralheira, Santa Maria, Lamalonga, Carçoá, Lamas, Montes e Qualedro; recolhe ainda *a (i)aira*, com vogal de ligação entre artigo e

substantivo, em Santa Maria e Vilar de Lebres; e a locução *borrala aira* em Ermida, Serralheira, Casás e Lamas. Diga-se ainda que, segundo informa Fernández González (1981:196 e 269), a forma *aira* alterna com *eira* nos Ancares de León.

A hipótese que nos parece mais verosímil para explicar a duplicidade *eira/aira*, sobretudo tendo em conta os dados sobre as formas *autro*, *autra*, é que o ditongo *ai* deverá ser o resultado da crase da vogal do determinante artigo feminino com a inicial do substantivo. Na maior parte da área geográfica em que aparece nos falares actuais, como nome comum e como topónimo, *aira* não se apresenta como forma alternante com *eira*: esta segunda variante é sentida como completamente estranha. Segundo a nossa hipótese, e ao contrário dos outros vocábulos em que se conservou até à actualidade o ditongo *ai*, o que terá ocorrido neste caso é que este, que apareceria inicialmente só na forma do singular, se terá, por um fenómeno de nivelamento analógico, estendido ao plural correspondente e a outros termos da mesma família lexical. Terá havido, assim, um processo evolutivo em três fases: numa primeira produzir-se-ia a crase da vogal do artigo com a inicial do substantivo na forma do singular: **a aïra= aïra**; a seguir, este radical divergente terá "regularizado" a forma do correspondente plural: **aïra>aïras**; num terceiro momento, ter-se-á produzido um processo similar ao que sofreu a forma *autra* [=art. *a* + *outra*] no percurso desde a língua medieval até à actual em que o artigo recuperou a sua "autonomia" fonológica e deixou de usar-se a forma contracta correspondente; porém, no caso de *aira* já teria havido previamente uma integração do artigo na forma do substantivo que teria condicionado a evolução histórica desse vocábulo. O fenómeno de crase que deu lugar a formas contractas de artigo e substantivo similares à que teria **aïra** (= "a aira") na primeira fase evolutiva a que se fez referência parece conservar-se ainda em determinados vocábulos em pequenas áreas da Galiza oriental: são formas como *àurela*, *àurelha*, *àuvelha*, que aparecem alternantes com *as orelhas*, *as ovelhas* (*àurela*, que saibamos, só se usa no singular) nos falares correspondentes (cf. n. 2). Dir-se-á, portanto, que o processo de "autonomização" do artigo nesses contextos não se produziu de maneira abrupta: deve ter sido progressivo e não terá ocorrido simultaneamente em todas as áreas geográficas. Quanto ao percurso histórico do substantivo *aira* desde o início da escrita galego-portuguesa, determinadas ocorrências documentais levam a pensar que muito provavelmente o processo de "autonomização" do artigo a partir da forma contracta [aïra] ainda não se tinha produzido na segunda metade do século XIII, pelo menos em determinados falares da Galiza oriental:

outra leyra ffu a cortina d'Ayra que ffoy de don Pedro Sfobrino (1277 DAG L28. l.17).

que nos diades del cada anno per noffo moordomo terça de uino τ quarta de toda grãa que Deus y der τ de ffigro fe o y criardef τ dardef que comea ao moordomo

quando for ayra e ao lagar commo é huuffo da terra τ hü mr. da bõa moeda cada anno porla festa de Sfan Martino (1302 GP 60).

Relativamente a este segundo trecho, em que parece haver contracção de prep. *a* + art. *a* + vogal inicial do nome, Azevedo Maia comenta em nota: "À primeira vista, parece faltar, antes da palavra *ayra*, a forma resultante da contracção da preposição *a* com o artigo definido feminino singular. Recorde-se, porém, o fenómeno de fonética sintáctica já referido a propósito do doc. n.º 58". Concretamente nesse documento, 1290 GP 58, lê-se: "mandole adega que ffoy de meu padre"; indica: "A vogal inicial de *adega* era naturalmente aberta, uma vez que representa o resultado da crase do artigo definido *a* com a vogal inicial do substantivo. Para não alterar a fisionomia gráfica do texto, pareceu-me preferível usar uma transcrição que deixasse transparecer o referido fenómeno de fonética sintáctica" (Azevedo Maia 1986:140)<sup>22</sup>.

7. Consideramos que a existência dos ditongos "ai" em palavras derivadas de *aira* se deve a um processo analógico de nivelamento de formas dentro da mesma família lexical; assim, por exemplo, no *Vocabulario de San Jorge de Piquín*, de Aníbal Otero (1977:21):

Airado, m. Cantidad de cereales que se tienden de una vez en la era para majar con el mayal || Airado, corral pegado a la casa, adonde salen los cerdos, en Corzáns.  
Airó, m. O airó das castañas. Espacio donde se mazan para secarlas. Paíme.  
Airón, m. Espacio donde se saca el carbón de la foya y donde se extiende para separarlo del cisco. También, adonde se sacan las castañas de la corriza.

Alonso Estravis, no levantamento do léxico de Trasmiras e Qualedro (1999:175), recolhe:

Airada, s.f. Conjunto de molhos que se estendiam cada vez na *aira* para malhar (Carçoá).

Mas, por outra parte, mantém-se o ditongo *ei* na forma masculina *Eiró*, bastante frequente na toponímia, que deve proceder de um diminutivo \*AREOLU: Alonso Estravis regista-o como substantivo comum (1999:570):

Eiró s. m., (1) Praça pública (Godim). (2) Praça: "canto do eiró, da fonte, canto do forno" (Pedrosa).

8. Há ainda outro grupo de vocábulos em que se produz alternância entre "ai" e "ei" no início de palavra, diferentes do caso de *aira* no facto de não ser tónica a

sílaba correspondente; Alonso Estravis recolle as seguintes nos falares de Trasmiras e Qualedro (1999, s.v.):

Aigreja s.f. Igreja. As veces dá a impresión de que o "a" inicial se confunde com o artigo (Vila Seca, Sam Milhám).

Aigrejinha. s. f. Diminutivo de aigreja (Sam Milhám).

Aiqui, adv. l. Aquí, neste lugar (Rebordondo, Vila Seca, Estivadas, Godim, Pena Verde, Vilar de Lebres, Valdriz, S. Milhám, o Castelo, Santo André, Escarna Bois, Santa Vaia, Casás).

Aixada, s. f. Eixada, utensilio de ferro para cavar a terra (Estivadas, Rebordondo).

Aixoa, s. f. Eixola, ferramenta de cabo curto e encurvado com uma chapa cortante inserida nele para desbastar madeira (Zós, Montes, S. Milhám, Vila Seca, Vilar de Lebres).

No falar de S. Pedro de Casteloais (Chandreja de Queixa, Ourense) há também casos de alternância dos ditongos "ai" e "ei"; em primeiro lugar em certas famílias lexicais, aparecendo "ai" na posição tónica e "ei" na átona:

*caixa* ['kajʃa], mas *queixom* [kej'jõ ],  
*baixo* ['bajʃo], *abaixo* [a'bajʃo], mas *beixar* [bej'ʃar],  
*baile* ['bajle], mas *beilar* [bej'lar], etc.

O mesmo fenómeno vinculado à posição do acento se dá no galego do Vale de Verim, segundo M. Taboada (1979:39):

La oposición entre los diptongos /ai/ y /ei/ es constante en posición tónica: báira 'remanso' y béira 'vera', káiša 'caja' / kéiša 'queja', áira 'llanura' / éira 'huele', báiša 'baja' / béiša 'hesa', etc. Solamente existe un par en que se produce la alternancia ai\_ei, aira\_eira, aunque la segunda realización aparece de manera muy esporádica.

Sin embargo, en posición átona es muy frecuente la neutralización: baišar~ešar 'bajar', bailár~ešar 'bailar', kaišon~kešón 'cajón', aišada~ešada 'azada'.

F. Fernández Rei indica que este fenómeno está muito estendido nos falares actuais (1990:40):

A harmonización provocada por un i asilábico no ditongo *ai* átono en formas como *gáitetro*, *quèixón*, sen que haxa alteración do ai tónico (*gaita*, *caixa*) é un fenómeno bastante estendido no galego vivo.

Os autores da *Gramática Galega* da editorial Galaxia (1993:20) vinculam-no à realização palatalizada do /a/ ante consoante palatal e ante [j]:

O alófono palatal dáse ante consoante palatal e ante [j]: [mæco] *macho*, [apæ̃ a] *apaña*, [pæ̃la] *palla*, [pæ̃e] *paxe*, [kæ̃jβo] *caibo*. Esta pronuncia, con tratarse dunha lixeirísima palatalización, explica o cambio a *ei* [ej] que se dá con frecuencia no ditongo *ai* [æj] cando pasa á posición átona: *caixa* [kæ̃j]a], pero *queixón* (norm. *caixón*) [kẽj]ón], *gaita* [gæ̃jta] ou [hæ̃jta] pero *guelteiro* (norm. *gatteiro*) [gẽjtéiro] ou [hẽjtéiro].

Esta alternância é completamente diferente da que se produz por motivo do fenómeno de fonética sintáctica que afecta as palabras com ditongo inicial *ei-* quando precedidas do artigo feminino *a* ou da preposición *a*: o /a/ final do indefinido *umba* ou do demonstrativo *esta* pode permitir o aparecemento do ditongo inicial [ej]<sup>23</sup>, mas o artigo definido *a* exige a seguir o ditongo [aj] como única solución; assim, no falar de Casteloais:

*esta aixada/eixada*: "est'aixada" ou "est'eixada" [ˈestaj]aða] ou [ˈestej]aða],

*a aixada*: "aixada" [aj]aða], mas não \**a eixada*.

*umba aixoga/eixoga*: "umb'aixoga" ou "umh'eixoga" [ũ aj]ʲ ɣa] ou [ũ ej]ʲ ɣa]

*a aixoga*: "aixoga" [aj]ʲ ɣa], mas não \**a eixoga*<sup>24</sup>

É significativo que nestes casos em que contraem o [a] final do indefinido ou do demonstrativo com o [a] inicial do ditongo [aj] surge um [a] mais longo e mais aberto, idêntico ao que aparece na generalidade dos falares da Galiza na realização das contracções *à*, *às*, e também de outras contracções de dois *a* que se ligam por fonética sintáctica, pois é sabido que como norma no território da Galiza [ ] é o resultado da contracção de *o + o* da mesma maneira que o [aj] é de *a + a*<sup>25</sup>:

*todo o dia* [ˈtoð ˈðia],

*toda a tarde* [ˈtoðatarðe],

9. Consideramos que deve ser o mesmo fenómeno que é referido por Alonso Estravis (1999:174) relativamente à palavra *aigreja* nos falares de Trasmiras e Qualedro:

*Aigreja* s.f. Igreja. Às vezes dá a impressão de que o "a" inicial se confunde com o artigo (Vila Seca, Sam Milhám).

*Aigrejinha*, s. f. Diminutivo de *aigreja* (Sam Milhám).

No falar de S. Pedro de Casteloais surge de modo idêntico na toponímia menor:

*a Airejinha*=[ajre'jina] (nome de uma herdade).

À hora de explicar a origem dos ditongos iniciais das formas *ai(g)reja*, *ei(g)reja*, abundantemente documentadas na época medieval e muito frequentes na toponímia da Galiza, talvez se deva tomar em consideração uma hipótese que nos atrevemos a sugerir tendo em conta os fenómenos fonéticos apontados: que possam ser devidos à integração do artigo feminino na forma do substantivo.

### 10. Conclusões

10) A interpretação do fenómeno de manutenção do ditongo "ai" onde se esperaria "ei" em determinados vocábulos vivos ainda hoje numa área da Galiza oriental como casos de "arcaísmo" não parece satisfatória visto que todos eles, salvo *aira*, têm de comum o facto de apresentarem formas medievais com as sequências "aai" ou "âai"; parece lógico supor que terá havido uma evolução divergente destes ditongos com crase de dois fonemas /aa/ relativamente aos outros que apresentam um único fonema /a/ como primeiro elemento e que deram o resultado esperável e comum ao domínio galego-português: ai>ei.

20) O caso de *aira* poderá ser similar ao do indefinido *àtro(s)*, *àtra(s)* que sobrevive em falares actuais da Galiza oriental como forma contracta de preposição acabada em /a/ (*a*, *para*, *cara*, ou o castelhanismo "hasta") e o indefinido *outro(s)*, *outra(s)*. Na documentação medieval essa contracção também se produzia com o artigo feminino *a*, algo que não ocorre nos falares actuais: se neste caso o artigo recuperou a sua autonomia fonológica o mesmo pode ter ocorrido no caso de *aira*, mas depois de ter modificado a raiz da palavra por um processo de integração do artigo na forma do substantivo.

30) A favor desta hipótese podemos salientar o facto de que em falares da Galiza oriental existem ainda na actualidade formas com contracção de artigo feminino e vogal *a-* inicial do substantivo: *àrelha*, *àvelha*, *àrela*, alternantes com *orelha*, *ovelha*, *orela*, e de outras palavras apresentarem uma oscilação entre *ai* e *ei* condicionada pelo contexto, aparecendo a forma *ai* sempre que os termos em causa são precedidos de artigo feminino *a*: *àixada*, *àixoga*, etc.

40) A origem do ditongo inicial das formas *ai(g)reja*, *ei(g)reja*, vigentes na Galiza quase exclusivamente na toponímia, talvez possa explicar-se também por um fenómeno de integração do artigo feminino na forma do substantivo.



## Notas

\* Agradeço a José Luís Rodríguez e a Benjamim Moreira sugestões muito úteis para a preparação deste trabalho.

1 Azevedo Maia cita, a este respeito, os seguintes (1986:537-538): "Além do galego, o ditongo *ai* ocorre noutras zonas peninsulares muito conservadoras: em sendinês, na fronteira de Trás-os-Montes, e em Valdavido, na Cabrera Alta, zona do leonês ocidental. Na toponímia portuguesa, o ditongo mantém-se também cristalizado numa ou noutra forma toponímica do Norte do País [Em nota: *Escairo* é a denominação de dois lugares do concelho de Barcelos]".

2 Alonso Estravis, na sua tese de doutoramento, inédita, sobre os falares dos concelhos de Trasmiras e Quedro, recolhe as formas *Aurelba* [=orelha] nos lugares de Rabal, Pardiciros e Lobazes, e *Auvelba* [=ovelha] em Atãs (1999:254-255). No falar de Casteloais (Chandreja de Queixa), que é o meu próprio, alternam as formas *orelba* e *aurelba*, igual que *ovelba* e *auvelba*, usando-se as segundas quando os substantivos são precedidos de /a/, especialmente do indefinido "umha" ou do artigo "a": *orelba*, mas *umh'àurelba*, *est'àurelba*, *n'àurelba*; *ovelha*, mas *umh'auvelha*. *Val d'Àuvelha*, topónimo (nome de uma herdade). É importante assinalar que se trata de ditongos não etimológicos, e quanto à sua origem cabe pensar em duas possibilidades: que tenha havido uma extensão analógica do ditongo "ou" inicial que substituiu "o", e que depois, também analogicamente, se tenha estendido a alternância *au/ou* que existe por exemplo em *autro/outro*, determinada pelo contexto, para depois alargar-se o uso da forma com *au* até fazer desaparecer a outra; e uma segunda hipótese, que nos parece mais verosímil, é que sejam casos de integração do artigo feminino na forma do substantivo: a sequência de art. *a* + vogal inicial do nome pode ter dado lugar a um ditongo *au* que foi interpretado como pertencente ao lexema da palavra em causa. Diga-se ainda, sobre a questão que nos ocupa, que esporadicamente surgem também em falares orientais da Galiza realizações ocasionais com ditongo "au" de vocábulos que apresentam "ou" inicial de palavra, especialmente topónimos, como por exemplo *Auteiro* em vez de *Outeiro* (muito frequente na toponímia), ou *Aurantes* em vez de *Ourantes*; os dados que conhecemos fazem-nos crer que se trata de formas condicionadas pelo contexto, especialmente esperáveis quando esses nomes de lugar estão precedidos de preposição *a* ou de outra acabada na mesma vogal.

3 Martínez Salazar, A., *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, Coruña, Imprenta de la Casa de Misericordia, 1911.

4 Sponer, Margot, "Documentos antiguos de Galicia", in *Anuari de l'Oficina Romàntica de Lingüística i Lliteratura*, VII, 1934, pp. 113-192.

5 Maia, Clarinda de Azevedo, *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*, I.N.I.C., Coimbra 1986.

6 Corrigimos a datação de vários documentos, que figura de forma errada na edição, segundo já advertiu Azevedo Maia (1986:554, n. 2): 1277 DAG L28 figura erradamente como se fosse de 1267, e 1270 DAG L10 figura, por lapso da editora, com data de 1265.

7 São os seguintes: 1257 DG 9: Armeá, Coirós (C); 1261 DG 13: Monfero (C); 1272 DG 25: S. Jorge de Torres, Vilarmaior (C); 1275 DG 30: Toiriz, Vila de Cruzes (P); 1279 DG 34: Sobrado dos Monges (C); 1289 DG 44: Navim, Quiroga (L); 1289 DG 45: Betanços (C); 1296 DG 47: Monfero (C); 1303 DG 50: Betanços (C); 1305 DG 51: S. Mamede de Momam (L); 1277 DAG L28: Ferreiros, Santa Marta, Sárria (L); 1270 DAG L10: Santa Leocádia. Bazar, Castro de Rei (L); 1284 DAG L15: Ameixide, Duancos, Castro de Rei (L); 1285 DAG L17: Lamas, Azúmara, Meira (L; estes três últimos com o mesmo notário: Miguel Paes); 1293 DAG L18: S. Mamede de Nodar, Friol (L; notário de Sobrado); 1261 DAG L24: Porto-Marim (L); 126... DAG L41: Santo Estevo de Anlho, Sober (L); 1310 DAG Ou4: Monte de Ramo (Ou); 1262 GP 2: Betanços (C); 1255 GP 19: Porto-Marim (L); 1258 GP 23: Monforte (L); 1335 GP 37: Chantada (L); 1274 GP 53: Monte-Rei (Ou); 1290 GP 58: Monte-Rei (Ou); 1339 GP 70: Ossira (Ou).

8 Aparecem marcados os pontos seguintes (indicam-se respeitando a ortografia dos topónimos que figura nessa obra; a letra que antecede cada número é a inicial da "província" em que está a localidade): P20, A Graña, O Covelo; O2a, Ponte Brués, Boborás; O9, Robledo de Domiz, Carballeda; O11, Vilariñofrio, Montederramo; O12, Lamalonga, A Veiga; O13, Acevedo, Rabal, Chandrexa de Queixa; O14, Baños de Molgas; O20, Xinzo de Limia; O23, Martiñán, Bande; O30, Oimbra; L36, A Barrela, Lousada (Santiago), Carballedo; Lc3, Cadafresnas, Corullón.

9 Salvo, talvez, uma zona a sueste; chamam também a atenção as lacunas geográficas extensas entre uns e outros pontos em zonas do interior, o que parece indicar que a variante está em retrocesso.

10 Na legenda correspondente ao referido mapa 261 indica-se: "A forma [aw]tro pode aparecer só tralas preposicións *a, para, ca* ou trala realización como iode da conxunción *e*. Recolleuse en O.9 ['prawtro] "para outro"; en O.20 e en O.23 dicirillo ['awtro] "a outro"; en O.12 mellor un ['kawtro] "ca outro"; en O.20 ['jawtraz 'βeθes] "e outras veces". Devem ter-se em conta, a respeito disto, duas observações: a referida forma aparece em todos os contextos que aí se indicam, mas não só: ocorre sempre que está precedida de preposição acabada em "a"; em segundo lugar, em todos os contextos em que aparece apresenta um /a/ inicial mais longo e mais aberto do que a realização geral do fonema tanto na posição tónica como átona, e que me parece perfeitamente identificável com a da contracção de preposição e artigo "à", de modo que nos contextos referidos a realização poder-se-ia representar assim: *pr'àutro, dizir-lho àutro, melhor um c'àutro, i àutras veces*. Ocorre o mesmo, significativamente, com o substantivo "aurela" precedido do indefinido "umha" ou do artigo "a": a vogal da palavra precedente contrai-se com a inicial do substantivo, sem que se possa dizer que exista uma forma alternativa de realização desse sintagma: *umb'àurela, n'àurela, naquel'àurela, etc.*

11 É significativo que a conjunção *e* na área geográfica em que apresenta variante [j] ante palavra iniciada por vogal diferente de [i] se comporte exactamente como se nesse contexto tivesse evoluído para um resultado [ja] característico de áreas de ditongação, como as leonesas orientais, geograficamente contíguas; ante consoante o resultado geral dos falares da Galiza é [ɛ], mas com uma variante [jɛ] que aparece sobretudo depois de pausa. Os dados dos documentos fazem pensar que essa pronúncia [i] ou [j] era já medieval, e portanto não surgiu em paralelo com a mudança *este*>*iste*, própria da chamada área lucu-auriense da Galiza. Interessa lembrar que, segundo João de Barros (1540), citado por H. de Carvalho (*Estudos Linguísticos*, vol 21, p. 83-84, n. 12) a conjunção "e" tinha no Portugal do século XVI a pronúncia [e] fechado: "E pequeno tem outros dous officios: serve por si só de conjunção em voz; per semelhante exemplo: *tu e eu e os amigos da pátria louvamos a nossa linguagem*. E quando serve em composição de dições dizemos: *António lê*" (João de Barros, *Gramática da língua portuguesa*, 30 ed. organizada por José Pedro Machado, Lisboa 1957, p. 59).

12 Há um caso que é controverso, a.4 (apresentado no ponto 1, "et eu Iohan Garcia de Tuyriz scudeyro por mj et por meus yrmaos outra parte fazemos untre nos preyto et prazo forte et firme", 1275 DG 30); segundo Lindley Cintra (1984:427, n. 139), temos aqui: prep. *a* + art. *a* + *outra*/art. *a* + *outra*=*autra*. Nesse caso Rübecamp (1932:131) via um exemplo de preposição + pronome indefinido, simplesmente. Em a.9 ("et os netos et Outra géeração...") Lindley Cintra considera que há também prep. *a* + art. *a* + *outra*; o contexto, porém, permite ler também art. *a* + *outra*.

13 Esse é o motivo de na documentação medieval ser muito mais abundante a forma *autra* (formada de preposição ou artigo + *outra*) do que *autro* (que não podia ter o correspondente artigo). Isso motivou a tese interpretativa de Lindley Cintra, que, embora tenha de ser corrigida no que diz respeito à explicação da forma *autro*, tem o merito de, na nossa opinião, ser no essencial correcta: "Merece especial relevo nestes comentários a forma *autro*, resultante da contracção da preposição *a* com o pronome *outro*, de que, como vimos, se recolhem oito exemplos no texto (três dos quais nos índices que precedem os vários "livros"). Esta contracção, na forma feminina *autra*, é característica dos documentos redigidos no séc. XIII, e ainda no séc. XIV, em uma das regiões do domínio linguístico galego-português — a Galiza. Não faz parte da língua poética trovadoresca — não aparece nem nos Cancioneiros nem nas Cantigas de Afonso, o Sabio — e também não conheço qualquer exemplo do seu emprego em documentos escritos em Portugal no séc. XIII. Quanto à forma masculina *autro*, a única que aparece nos Foros, não a encontrei em nenhum dos textos consultados, nem creio que tenha sido alguma vez registado o seu emprego [...] Suponho que se trata de uma adaptação ocasional (ou local?) de uma forma nascida, na frase, em condições que só se observam com a forma feminina do pronome. *Autra* deve originariamente ser o resultado da contracção, não da prep. *a* com o pronome *outra* (não se compreenderia, nesse caso, por que motivo os documentos galegos não nos apresentam casos paralelos de *a* + *outro* > *autro*), mas sim do *á* aberto, proveniente da crase da prep. *a* com o artigo *a*, com o referido pronome: *a* + *a* + *outra*

deu inicialmente *ááutra*, como se lê em alguns documentos; depois *autra*. Uma vez criada, esta forma veio a usar-se como equivalente de *a* (prep. ou art.) *outra*. Paralelamente surgiram *dautra* (< da outra), e, esporadicamente, *essautra* (< essa outra). Partindo de *autra*, equivalente de *a outra*, era evidentemente fácil chegar a *autro*, equivalente de *a outro*" (Lindley Cintra 1984:426-428).

14 As localidades em questão são as seguintes: b.4, b.6=1277 DAG L28: Ferreiros, Santa Marta, Sárria; c.5=1258 GP 23: Monforte; c.10=1335 GP 37: Chantada; c.9=1290 GP 58: Monte-Rei. Falta-nos informação sobre a extensão geográfica da variante [j] da conjunção quando seguida de vogal diferente de [i] nos falares actuais. O mapa nº 373 do ALGA (R. Álvarez 1995:402-403) não recolhe todos os pontos em que existe a variante [j] da conjunção quando seguida de palavra iniciada por vogal diferente de [i]. É especialmente interessante a este respeito a forma "ayrô" do doc. 1258 GP 23, que nos parece dever interpretar-se como mais um indício da alternância de ditongos ou/au determinada pelo contexto; cabe supor que a forma verbal antecedente teria sido *outron*, e muito provavelmente teria alternado com *auiron*, forma que estaria condicionada pela conjunção *e* (variante [j], com o habitual efeito de abertura da vogal seguinte): "Pedro Pelaiz, clerigus de Pradaeda, te[ti]s, t autros muytos que uir-u t ayrô, te[ti]tes" (1258 GP 23); temos que supor uma forma *auyron* cujo "u" poderá faltar por um lapso do escriba, como supõe Azevedo Maia (1986:551), que indica: "Completamente isolada das anteriores é a forma *ayrô* registada num documento de meados do século XIII (1258 L 44). Trata-se provavelmente de um lapso do copista: a presença do *a* inicial faz crer que se pretendia representar a forma com ditongo *au* conservado, o que, nessa época, é verdadeiramente aceitável. Essa grafia pode ter derivado da dificuldade sentida pelo copista de representar o tritongo" (1986:551).

15 O que foi dito coloca-nos perante o problema da cronologia do fenómeno da crase das duas vogais. Lindley Cintra (1984:427, n. 141), referindo-se à contracção de prep. *a* com art. *a*, indica que é muito antiga: "Recordemos que, no caso de *a + o*, art. masc., em que se deu o contacto de duas vogais de timbre diverso, a tendência a fundi-las foi tão forte que já em 1270 se recolhe *óó* ("óo rio") num doc. de Penalva do Castelo 1270 (RLu, VIII, pags. 39-40), e *ou* ("ou convento") num doc. de Lamego 1271 (RLu, VIII, pags. 40-41)".

16 Pelo menos isso é o que se deduz, pois na entrada "*Avelaira*" indica-se: "O mesmo que *aveletra*. N. C. *corylus avellana*", mas falta, por lapso, a entrada *aveleira*. As freguesias onde foi recolhida a forma *avelaira* são Vila Seca, Luzença, Corvaceiras, o Castelo, Escarna Bois, Soutelo e Carçoá.

17 Todas estas formas com o significado que tem no castelhano "explanada"; com o de "instrumento que usa o sapateiro para amolar as cuitelas" usa-se a forma *chaira* em Compostela, Montederramo, Xunqueira e Ramirás. Além disso há ainda *chatro*, *chaira*, adjectivo, com o significado de "chão", "chã", usado, segundo o mesmo autor, em Ramirás e Montederramo.

18 *Gran Enciclopedia Gallega*, Santiago de Compostela/Gijón, Silverio Cañada Editor, vol. 19, 1974, p. 113.

19 Machado (*Dicionário Onomástico Etimológico...*, s.v. *Lodeiro*) interpreta erroneamente este topónimo quando indica: "Topónimo frequente no Norte e na Galiza (Lodeiro, Ludeiro). Do s. m. *lodeiro*, der. de *lodo*, "lugar de muito lodo, lamaçal". Em 1143 (D.M.P., I, p. 249), 1220 (Inq., p. 144) e 1258 (id. pp 305 e 666); em 1258 temos também Ludeiro (id. p. 690), Lodario (id. pp. 679, 728), Lodarium (id. pp. 589, 690). Piel considera Ludeiro (id. p. 690), Lodario (id. pp. 679, 728), Lodarium (id. pp. 589, 690) e Lodares (em 907, id., p. 10; ver também p. 261, Inq., p. 564, D.M.P., I, p. 182) e o antr. m. Loderi (em 985, Dipl., p. 92). Lodeiros, Barcelos, Marco de Canaveses; na Galiza, Lodeiros (Corunha, Lugo), e Ludeiros (Orense); em 1162 (D.M.P., I, p. 362)". Recolhe também o topónimo *Lodeirô*, em Vieira do Minho: "Lodeiroo em 1220 (Inq., p. 144)".

20 *Gran Enciclopedia Gallega*, Santiago de Compostela/Gijón, Silverio Cañada Editor, vol. 19, 1974, p. 111.

21 Também se regista *rairo* como substantivo comum na Galiza oriental: em terras do concelho de Guntim significa "canal para levar água de um rio para regar": a base etimológica poderia ser a mesma que se indicou para o topónimos.

22 Idêntico fenómeno parece estar presente nestoutro trecho, em que a preposição "a" que marca o Complemento Indirecto de "vendyn" parece ter-se contraído com o "a" inicial do antropónimo que lhe segue (salvo se houver confusão entre as funções de dativo e acusativo, o que não seria inverosímil, mas neste caso parece pouco provável): "τ a [aluo fyque a ca]a τ cortina para verças τ hua eyra que vendyn Afon[o Rapo]o" (1419 GP 134).

23 Entendemos que neste caso há contracção do [a] final com a vogal inicial do ditongo [ej], cujo resultado é também [e], de modo que o que aparentemente ocorre é uma elisão do [a] final, mas na realidade há uma contracção similar à que na Galiza oriental se dá entre a prep. *a* e o [e] do pronome *ela* ['ela]: *a ela* = ['ela].

24 Isso mesmo acontece com as variantes do advérbio *aíqui/eíqui*: a primeira surge em contextos condicionados pela presença de um *a* final da palavra anterior (*vem pr'aíqui*, *vem* "hast" *àíqui*), e a segunda em qualquer outro contexto, também depois de pausa (*eíqui'stá*, etc.).

25 Interessa lembrar que os falares da Galiza, talvez por causa de durante séculos carecerem de fixação escrita, conservaram muitos fenómenos de polimorfismo motivado por factores de ordem contextual: pensemos, por exemplo, no de assimilação que dá lugar ao aparecimento de /l/ no lugar do /r/ ou /s/ final de uma forma verbal quando segue um artigo definido, ou na sistemática crase das vogais finais dos verbos com as dos pronomes pessoais enclíticos (*conta-o* = "contô", *limpa-o* = "limpô", etc), ou ainda a da vogal tónica do advérbio *já* com a vogal inicial da palavra seguinte (*já o encontrei* = "jɔ encontrei", *já está* = "jestá", nas pronúncias populares e espontâneas de muitas áreas galegas): parece evidente que o hábito de fixação escrita da língua dá lugar a um reforço da consciência da entidade e autonomia de cada palavra, e conseqüentemente um processo de selecção e uniformização gráfica que age em detrimento das variantes contextuais.

**Referências bibliográficas**

- ALONSO ESTRAVIS, I. 1995. *Dicionário da Língua Galega*. Ed. Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- ALONSO ESTRAVIS, I. *A fala dos concellos de Trasmiras e Qualeiro* (2 vols.), tese de doutoramento inédita, Universidade de Santiago de Compostela 1999.
- ÁLVAREZ, R., REGUEIRA, X. L., MONTEAGUDO, H. 1993. *Gramática Galega*. Ed. Galaxia, Vigo (4ª ed.).
- ÁLVAREZ BLANCO, R. (coordenadora). 1995. *Atlas Lingüístico Galego. Volume II: Morfoloxía non verbal*. Instituto da Língua Galega, Santiago de Compostela.
- CABEZA QUILES, F. 1992. *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a súa orixe e o seu significado*. Ed. Xerais, Vigo.
- CARVALHO, J. G. Herculano de. 1984. "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona". in *Estudos Linguísticos*, 2ª vol. Coimbra Editora, Coimbra, pp. 75-103.
- CINTRA, L. F. Lindley. 1984. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu Confronto com a dos Foros de Afaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, reprodução fac-similada da edição original de Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, J. R. 1981. *El habla de Ancares (León)*. Universidad de Oviedo, Oviedo.
- FERNÁNDEZ REI, F. 1990. *Dialectoloxía da lingua galega*, Ed. Xerais, Vigo.
- FERREIRO FERNÁNDEZ, M. 1999. *Gramática histórica galega. I. Fonética e Morfosintaxe*. Ed. Laivento, Santiago de Compostela (4ª ed.).
- FERREIRO FERNÁNDEZ, M. *Gramática histórica galega. II. Lexicoloxía*. 1997. Ed. Laivento, Santiago de Compostela.
- GARCÍA, C. 1985. *Glosario de voces galegas de hoxe*. Anexo 27 de *Verba*. Anuario Galego de Filoloxía. Universidade de Santiago de Compostela.
- MACHADO, J. P. 1990. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa (6ª edição).
- MACHADO, J. P. 1984. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galtza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*, I.N.I.C., Coimbra.

- MARTÍNEZ SALAZAR, A. 1911. *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, Imprenta de la Casa de Misericordia, Coruña.
- OTERO, Aníbal. 1977. *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Anexo 8 de *Verba*, Universidade de Santiago de Compostela.
- PIEL, J. M. 1989. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa.
- RÚBECAMP, Rudolf. 1932. "A linguagem das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X o Sábio", *Boletim de Filologia*, I, pp.273-356.
- SPONER, Margot. 1934. "Documentos antiguos de Galicia", in *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura*, VII, pp. 113-192.
- TABOADA, M. 1979. *El habla del valle de Verín*. Anexo 15 de *Verba*, Universidade de Santiago de Compostela.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1985. *Opúsculos. Volume VI. Dialectología (parte II)*, organizado por Maria Adelaide Valle Cintra. "Notícia introdutória" de Orlando Ribeiro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- VEIGA ARIAS, A. 1983. *Algunas calas en los orígenes del gallego*, Ed. Galaxia, Vigo.